

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS POR DANIEL AVELAR.....	11
AGRADECIMENTOS POR RODRIGO FAUCZ.....	13
NOTA DOS AUTORES – 5ª EDIÇÃO	15
NOTA DOS AUTORES – 4ª EDIÇÃO	17
NOTA DOS AUTORES – 3ª EDIÇÃO	19
NOTA DOS AUTORES – 2ª EDIÇÃO	21
NOTA DOS AUTORES – 1ª EDIÇÃO	23
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO POR PROF. DR. JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO.....	25
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO POR PROF. DR. CLÈMERSON MERLIN CLÈVE	35
1. HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	57
1.1. Das Leis Mosaicas	59
1.2. Do Areópago e dos Tribunais dos Heliastas	60
1.3. Das <i>questiones perpetuas</i>	64
1.4. Dos tribunais <i>wehmicos</i>	66
1.5. A construção do <i>Trial by Jury</i> na Inglaterra.....	68
1.5.1. A queda do Império Romano	71
1.5.2. Os reis anglo-saxões e a administração da justiça	72
1.5.3. O julgamento via ordálias, compurgação e duelo	73
1.5.4. A invasão normanda	81
1.5.4.1. O sistema do <i>hue and cry</i> e do <i>frankpledge</i>	85
1.5.4.2. <i>Murdum fine</i> e a <i>Paz do Rei</i>	87
1.5.4.3. <i>Appeal of Felony</i>	87
1.5.4.4. <i>Right of Sanctuary</i>	89
1.5.5. O desenvolvimento da <i>common law</i> a partir das cortes régias de Henrique II ...	90
1.5.6. O <i>trial on indictment</i> e a edificação do <i>Grand Jury</i>.....	96

1.5.7.	O IV Concílio Laterano e a implementação do <i>Trial by Jury</i>	105
1.6.	O <i>Trial by Jury</i> como fuga ao inquisitorialismo continental	109
2.	HISTÓRICO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL E O MODELO DEMOCRÁTICO DE JUSTIÇA	111
2.1.	O júri brasileiro na ordem constitucional atual.....	136
3.	EM BUSCA DE UM JÚRI DEMOCRÁTICO: AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO, INSTRUÇÃO AOS JURADOS E REPRESENTATIVIDADE	139
3.1.	Ausência de motivação das decisões do júri.....	150
3.2.	Instrução aos jurados	158
3.3.	A deliberação entre os jurados	161
4.	PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	171
4.1.	Os princípios do art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição da República.....	175
4.1.1.	Plenitude de defesa.....	176
4.1.2.	Sigilo das votações	180
4.1.3.	Soberania dos veredictos	182
4.1.4.	Competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida	191
4.2.	Princípios gerais do processo penal	195
4.2.1.	Princípio da presunção da inocência	196
4.2.2.	Princípio do <i>in dubio pro reo</i>	198
4.2.3.	Princípio do contraditório	200
4.2.4.	Princípio da não autoincriminação	202
5.	PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI	205
5.1.	Reforma de 2008	205
5.2.	O procedimento especial	206
6.	PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO	209
6.1.	Acusação e instrução preliminar	209
6.2.	Rejeição da denúncia.....	210
6.3.	Recebimento da denúncia ou da queixa	213
6.3.1.	Recebimento da denúncia – Retratação após apresentação da resposta à acusação	215
6.3.2.	O PL 4.203/2001 e o contraditório prévio ao recebimento da denúncia....	217
6.3.3.	Recebimento da denúncia com a Lei 13.964/2019 e o juiz de garantias no júri	218
6.3.4.	Discordância da defesa sobre o recebimento da denúncia.....	220
6.3.5.	Cadeia de Custódia – Arts. 158-A, 158-B, 158-C, 158-D, 158-E e 158-F, do CPP	221

6.3.5.1.	Consequência da Violação da Cadeia de Custódia e as Fases Procedimentais	224
6.4.	Resposta à acusação.....	227
6.4.1.	Número de testemunhas que podem ser arroladas pelas partes.....	231
6.4.2.	Matérias alegadas na resposta à acusação	233
6.4.3.	Resposta à acusação e acesso integral às provas	235
6.5.	Posicionamento do magistrado após o oferecimento da resposta.....	236
6.6.	Exceções.....	237
6.7.	Hipótese de a defesa não apresentar resposta	239
6.8.	Manifestação da acusação após apresentada a resposta	241
6.9.	Prazo do juiz para determinar a inquirição de testemunhas e diligências.....	242
6.10.	Audiência de instrução – Produção probatória	243
6.10.1.	Audiência de instrução e a Lei 13.964/2019.....	245
6.10.2.	Ordem e organização.....	246
6.10.2.1.	A oitiva do ofendido.....	251
6.10.2.2.	Desistência unilateral da oitiva da testemunha	252
6.10.2.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento... ..	252
6.10.2.4.	Reconhecimento pessoal: uma análise da orientação do STJ....	254
6.10.2.5.	Requerimento de diligências	261
6.10.2.6.	Interrogatório.....	261
6.10.2.7.	Concurso de agentes e a ordem de interrogatórios	264
6.10.3.	Audiência una e adiamento	264
6.11.	Produção e gestão das provas	265
6.12.	Juntada de documentos	266
6.13.	Alegações finais	266
6.13.1.	Alegações finais por memoriais	267
6.13.2.	Gravação das alegações finais orais.....	269
6.13.3.	Ausência de alegações finais	270
6.14.	Ocorrência de eventuais nulidades relativas	272
6.15.	Princípio da identidade física do juiz	272
6.16.	Prazo para a decisão.....	273
6.17.	Decisão oral gravada audiovisualmente	274
6.18.	Prazo para a conclusão do procedimento.....	274
7.	DECISÕES DA PRIMEIRA FASE.....	277
7.1.	Decisão de pronúncia	277
7.1.1.	Fundamentação	279
7.1.2.	Requisitos da pronúncia.....	286
7.1.2.1.	Materialidade do crime.....	286
7.1.2.2.	Indícios suficientes de autoria	287

7.1.3.	A análise do dolo na pronúncia	291
7.1.4.	A pronúncia e os elementos colhidos na investigação preliminar	292
7.1.4.1.	Valoração do depoimento policial no processo penal	300
7.1.4.2.	O valor probatório da confissão	301
7.1.5.	A fundamentação das qualificadoras e causas de aumento e de diminuição	303
7.1.6.	Agravantes e atenuantes	307
7.1.7.	A pronúncia como garantia	307
7.1.8.	Crimes conexos	313
7.1.9.	Dos crimes militares	317
7.1.10.	Das medidas cautelares	318
7.1.11.	Interrupção da prescrição	322
7.1.12.	Intimação da decisão de pronúncia	323
7.2.	Decisão de impronúncia	324
7.2.1.	Prova nova	327
7.2.2.	Impronúncia de qualificadoras	330
7.2.3.	Crimes conexos	331
7.2.4.	Despronúncia	331
7.2.5.	Inconstitucionalidade da decisão de impronúncia	332
7.3.	Absolvição sumária	335
7.3.1.	A absolvição sumária imprópria	337
7.3.2.	Crimes conexos	338
7.3.3.	Aditamento	339
7.4.	<i>Emendatio Libelli</i>	340
7.5.	Desclassificação	342
7.5.1.	Procedimento a ser seguido	345
7.5.2.	Crimes conexos	346
7.5.3.	Recurso cabível	346
7.5.4.	Conflito de competência negativo	347
7.5.5.	A desclassificação e o acusado preso	348
7.6.	Circunstância superveniente	349
7.7.	Síntese de recursos cabíveis	350
7.7.1.	Recurso <i>ex officio</i>	350
7.8.	Encerramento do Juízo de Admissibilidade	351
8.	DESAFORAMENTO	353
8.1.	Criação do desaforamento no Brasil	353
8.2.	Conceito	353
8.3.	Fundamentos	354

8.4.	Requisitos	355
8.4.1.	Interesse da ordem pública	355
8.4.2.	Dúvida sobre a imparcialidade do júri	356
8.4.3.	Dúvida sobre a segurança do acusado	359
8.4.4.	Excesso de serviço	361
8.5.	Procedimento do desaforamento.....	362
8.6.	Pedido de aceleração processual	364
8.7.	Reaforamento e novo desaforamento	364
8.8.	Desaforamento interestadual.....	365
9.	SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO.....	369
9.1.	Peça do art. 422 do CPP.....	369
9.1.1.	Ordem de intimação e apresentação da peça do art. 422	371
9.1.2.	Reabertura do prazo do art. 422	372
9.1.3.	Antecedentes criminais da vítima.....	373
9.1.4.	Deliberação e elaboração do relatório.....	375
9.2.	Alistamento dos jurados	375
9.2.1.	Os jurados a partir do modelo histórico norte-americano.....	377
9.2.2.	O perfil dos jurados e a representatividade.....	380
9.2.3.	A busca pela representatividade social.....	381
9.2.4.	Propostas para um melhor alistamento dos jurados.....	385
9.2.5.	Requisitos e características da lista geral	386
9.2.6.	Paridade de armas no selecionamento dos jurados.....	388
9.3.	Lista geral – Reuniões x Sessões	389
9.4.	Organização da pauta	390
9.5.	Procedimento para o sorteio e a convocação dos jurados	394
9.5.1.	Intimação dos interessados.....	396
9.5.2.	Publicidade do sorteio.....	397
9.5.3.	Quantidade de jurados sorteados para a reunião	398
9.5.4.	Inclusão de processos após o sorteio dos jurados.....	400
9.6.	Convocação dos jurados e requisitos legais para o exercício da função	401
9.6.1.	Atos processuais e cartoriais antecedentes ao julgamento.....	402
9.7.	Júris midiáticos	404
9.8.	Na sessão de julgamento.....	405
9.8.1.	Isenção e dispensa dos jurados.....	405
9.8.2.	Recusa injustificada.....	405
9.8.3.	Recusa fundada em convicção religiosa, filosófica e política	406
9.8.4.	A responsabilidade dos jurados e o crime de desobediência	407
9.8.5.	A idade mínima	408

9.8.6.	Notória idoneidade e perfilamento discriminatório	409
9.8.7.	Jurado analfabeto.....	411
9.8.8.	Jurado naturalizado, estrangeiro e quem perdeu ou tem suspensos os seus direitos políticos	412
9.8.9.	Jurado com deficiência visual ou auditiva.....	413
9.8.10.	Isenção do serviço do júri.....	414
9.8.11.	Isenção por justo impedimento e maiores de 70 anos.....	415
9.8.12.	Direitos dos jurados	415
10.	JULGAMENTO EM PLENÁRIO.....	419
10.1.	Composição do Tribunal do Júri e formação do Conselho de Sentença.....	419
10.2.	Habilitação do procurador do assistente de acusação.....	419
10.3.	Intervenção da OAB	420
10.4.	Defensoria Pública na atuação como representante da assistência de acusação....	420
10.5.	Ausências na sessão	422
10.5.1.	Do Ministério Público	422
10.5.2.	Do advogado do querelante.....	423
10.5.3.	Do procurador do assistente de acusação	424
10.5.4.	Do defensor do acusado	424
10.5.4.1.	Participação do defensor de um dos corréus na sessão de julgamento do outro acusado.....	426
10.5.5.	Do acusado solto	428
10.5.6.	Do acusado preso	430
10.5.7.	Ausência do acusado e condução coercitiva para fins de reconhecimento.....	431
10.5.8.	Da testemunha imprescindível	432
10.5.9.	Da testemunha não imprescindível	435
10.5.10.	Quadro resumido sobre ausências dos envolvidos	437
10.6.	Da oitiva de informantes no Tribunal do Júri	438
10.7.	Oitiva do ofendido	439
10.8.	Instalação dos trabalhos.....	440
10.8.1.	Pregão – Momento de arguição das nulidades – Publicidade do ato	442
10.8.2.	Esclarecimentos aos jurados	443
10.8.3.	Incomunicabilidade dos jurados.....	444
10.8.4.	Sorteio e recusas imotivadas	446
10.8.5.	Recusas motivadas – Impedimento, suspeição e incompatibilidade.....	448
10.8.6.	Cisão do julgamento	450
10.8.7.	Exortação solene	451
10.9.	Instrução em plenário	453

10.9.1.	Leitura do relatório e da decisão que julgou admissível a acusação.....	453
10.9.2.	Opening Statements – <i>Discurso de abertura</i>	454
10.9.3.	A instrução probatória e a carência de originalidade cognitiva em plenário.....	455
10.9.4.	Instrução e ordem dos questionamentos	456
10.9.5.	Lei 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) – Art. 474-A.....	459
10.9.6.	Retirada do acusado do plenário na oitiva da vítima e testemunhas	463
10.9.7.	Desistência de testemunhas	463
10.9.8.	Acareação e reconhecimento.....	464
10.9.9.	Leitura de documentos em plenário	466
10.9.10.	Utilização do inquérito a partir da instituição do juiz de garantias	466
10.9.11.	Interrogatório do acusado.....	468
10.10.	Uso de algemas em plenário	471
10.10.1.	Utilização de traje civil e posição em plenário do acusado.....	473
10.11.	Registro da instrução	475
10.11.1.	A gravação audiovisual feita pela parte.....	477
10.12.	Debates.....	479
10.12.1.	Sustentação: ordem e limitação	480
10.12.2.	Tempo de sustentação	482
10.12.3.	Ampliação do tempo de sustentação	485
10.12.4.	Agravantes e atenuantes.....	486
10.12.4.1.	Atenuantes e agravantes objetivas	489
10.12.5.	Réplica e tréplica.....	490
10.12.5.1.	Tréplica como direito do acusado – Tréplica sem réplica	492
10.12.5.2.	Réplica pela assistência de acusação.....	493
10.12.5.3.	Inovação de tese na tréplica	494
10.12.5.4.	Reinquirição de testemunhas.....	497
10.12.6.	Nulidades – Limites nos debates	498
10.12.6.1.	Decisão de pronúncia (admissibilidade) como argumento de autoridade	499
10.12.6.2.	Outras decisões como argumento de autoridade.....	503
10.12.6.3.	Os antecedentes criminais do acusado	507
10.12.6.4.	Menção ao uso de algemas.....	508
10.12.6.5.	Silêncio do acusado ou ausência do interrogatório, em seu prejuízo.....	508
10.12.6.6.	Momento para impugnação	510
10.12.6.7.	Limitação defensiva pela Legítima Defesa da Honra	511
10.12.7.	Utilização de documentos novos.....	512
10.12.7.1.	Forma de contagem do prazo e cientificação da parte adversa.....	516

10.12.7.2.	Referência a documento ou objeto não juntado aos autos	520
10.12.7.3.	Entrega aos jurados de cópias de peças do processo	521
10.12.7.4.	Exibição parcial de depoimento colhido na fase do sumário de culpa.....	521
10.12.7.5.	Nulidade e atuação do juiz presidente.....	522
10.12.8.	Apertes, esclarecimentos, questões de ordem	523
10.12.8.1.	Pedido de esclarecimentos	526
10.12.8.2.	Aptidão para julgar e esclarecimentos	530
10.12.8.3.	Dissolução do conselho e realização de diligências	531
10.12.9.	Da gravação das sessões de julgamento.....	532
10.12.10.	Do abandono de Plenário	532
10.13.	O Plenário do Tribunal do Júri.....	535
10.13.1.	A arquitetura de Plenário e a dimensão cênica ocupada pelo Ministério Público	535
10.13.2.	Os símbolos religiosos no plenário do júri	538
11.	QUESITAÇÃO	543
11.1.	Conceito e características.....	543
11.2.	Fontes dos quesitos.....	544
11.3.	Elaboração	546
11.4.	Apresentação às partes – em busca de consenso em Plenário.....	547
11.5.	Apresentação formal e requerimentos das partes	548
11.6.	Ordem dos quesitos.....	549
11.6.1.	Síntese da Ordem dos Quesitos.....	551
11.7.	Princípio da correlação entre a acusação e a decisão de pronúncia.....	552
11.8.	Quesito absolutório genérico	552
11.8.1.	Absolvição genérica e a tese de negativa de autoria	554
11.9.	Absolvição imprópria	556
11.10.	Sustentação pela defesa da tese absolutória e desclassificatória	556
11.11.	Desclassificação	557
11.11.1.	Desclassificação própria e imprópria	559
11.11.2.	Desclassificação – Dolo direto e dolo eventual – quesitação	560
11.11.3.	Desclassificação e crime conexo	562
11.11.4.	Desclassificação de feminicídio para homicídio	562
11.11.5.	Excesso culposo nas excludentes	563
11.12.	Imputação por dolo direto e quesitação de dolo eventual.....	564
11.13.	Tentativa	565
11.14.	Causas de diminuição, qualificadoras e causas de aumento de pena.....	566
11.14.1.	Agravantes e atenuantes.....	566

11.14.2.	Afastamento da qualificadora e posterior reconhecimento como agravante	567
11.14.3.	Qualificadora prevista no dispositivo da pronúncia, mas sem fundamentação	567
11.14.4.	Homicídio privilegiado e qualificadoras subjetivas	568
11.15.	Concurso formal e multiplicidade de vítimas	569
11.16.	Redação dos quesitos de outros crimes de competência do Tribunal do Júri e crimes conexos	570
11.17.	Impugnação dos quesitos e preclusão	571
11.18.	A sistemática da votação	572
11.19.	Modelos de quesitação	575
11.20.	Modelos de quesitos	578
1.	HOMICÍDIO	580
1.1.	Homicídio simples (art. 121, <i>caput</i> , do CP)	580
1.2.	Homicídio privilegiado	581
1.2.1.	Homicídio privilegiado – Relevante valor moral (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP)	581
1.2.2.	Homicídio privilegiado – Relevante valor social (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP)	582
1.2.3.	Homicídio privilegiado – Violenta emoção logo em seguida à injusta provocação da vítima (art. 121, § 1º, segunda parte, do CP)	583
1.3.	Homicídio qualificado	584
1.3.1.	Homicídio qualificado – Mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe (art. 121, § 2º, I, do CP)	584
1.3.2.	Homicídio qualificado – Motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do CP)	585
1.3.3.	Homicídio qualificado – Com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura (art. 121, § 2º, III, do CP)	585
1.3.4.	Homicídio qualificado – Outro meio insidioso ou cruel (art. 121, § 2º, III, do CP)	586
1.3.5.	Homicídio qualificado – Meio que possa resultar em perigo comum (art. 121, § 2º, III, do CP)	587
1.3.6.	Homicídio qualificado – À traição, de emboscada ou mediante dissimulação (art. 121, § 2º, IV, do CP)	588
1.3.7.	Homicídio qualificado – Outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (art. 121, § 2º, IV, do CP)	588
1.3.8.	Homicídio qualificado – Para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (art. 121, § 2º, V, do CP) ...	589

1.3.9.	Homicídio qualificado – Contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição (art. 121, § 2º, VII, a, do CP)	590
1.3.10.	Homicídio qualificado – Contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição; (art. 121, § 2º, VII, b, do CP)	591
1.3.11.	Homicídio qualificado – pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido (art. 121, § 2º, VIII, do CP)	592
1.3.12.	Homicídio qualificado – homicídio cometido contra menor de 14 (quatorze) anos (art. 121, § 2º, IX, do CP)	593
1.3.13.	Homicídio qualificado – crime cometido nas dependências de instituição de ensino (art. 121, § 2º, X, do CP)	593
1.4.	Causas de aumento no homicídio	594
1.4.1.	Vítima menor de 14 anos e com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade (art. 121, § 2º-B, I, do CP)	594
1.4.2.	Vítima menor de 14 anos e o crime foi cometido pelo ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título que tiver autoridade sobre ela (art. 121, § 2º-B, II, do CP)	595
1.4.3.	Se o crime for praticado em instituição de educação básica pública ou privada (art. 121, § 2º-B, III, do CP)	596
1.4.4.	Se o crime for praticado em instituição de ensino e a vítima for pessoa com deficiência ou com doença que acarrete condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 2º-C, I, do CP)	597
1.4.5.	Se o crime foi praticado pelo ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela ou, ainda, se é professor ou funcionário da instituição de ensino (art. 121, § 2º-C, II, do CP)	598
1.4.6.	Vítima maior de 60 anos (art. 121, § 4º, do CP)	599
1.4.7.	Crime praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança (art. 121, § 6º, do CP)	600
1.4.8.	Crime praticado por grupo de extermínio (art. 121, § 6º, do CP)	600
1.5.	Feminicídio	601
1.5.1.	Feminicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121-A, § 1º, I, do CP)	601

1.5.2.	Feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121-A, § 1º, II, do CP)	602
1.6.	Causas de aumento no feminicídio.....	603
1.6.1.	Crime de feminicídio cometido durante a gestação, nos 3 (três) meses posteriores ao parto ou se a vítima é a mãe ou a responsável por criança, adolescente ou pessoa com deficiência de qualquer idade (art. 121-A, § 2º, I, do CP)	603
1.6.2.	Crime de feminicídio cometido contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental (art. 121-A, § 2º, II, do CP).....	604
1.6.3.	Crime de feminicídio cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121-A, § 2º, III, do CP)	605
1.6.4.	Crime de feminicídio cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos <i>incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340/2006</i> (Lei Maria da Penha) - (art. 121-A, § 2º, IV, do CP).....	606
1.6.5.	Crime de feminicídio cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura (art. 121-A, § 2º, V, do CP).....	608
1.6.6.	Crime de feminicídio cometido por meio insidioso ou cruel (art. 121-A, § 2º, V, do CP).....	609
1.6.7.	Crime de feminicídio cometido por meio que possa resultar em perigo comum (art. 121-A, § 2º, V, do CP)	610
1.6.8.	Crime de feminicídio cometido à traição, de emboscada ou mediante dissimulação (art. 121-A, § 2º, V, do CP).....	611
1.6.9.	Crime de feminicídio cometido por outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (art. 121-A, § 2º, V, do CP)	612
1.6.10.	Crime de feminicídio cometido com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido (art. 121-A, § 2º, V, do CP)	613
1.7.	Homicídio por omissão (crime comissivo por omissão)	614
1.7.1.	Homicídio por omissão consumado – agente com obrigação legal e que devia impedir o resultado (art. 13, § 2º, “a” e “b”, do CP).....	614
1.7.2.	Homicídio por omissão consumado – agente que criou o risco do resultado (art. 13, § 2º, “c”, do CP)	615
1.7.3.	Homicídio por omissão tentado – agente com obrigação legal e que devia impedir o resultado (art. 13, § 2º, “a” e “b”, c/c art. 14, II, do CP)	616
1.7.4.	Homicídio por omissão tentado – agente que criou o risco do resultado (art. 13, § 2º, “c”, c/c art. 14, II, do CP)	617
2.	TENTATIVA E TESES DESCLASSIFICATÓRIAS.....	618
2.1.	Tentativa de homicídio (art. 121, c/c art. 14, II, do CP)	618
2.2.	Tentativa de feminicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121-A, § 1º, I, c/c art. 14, II, do CP)	619

2.3.	Tentativa de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121-A, § 1º, II, c/c art. 14, II, do CP)	620
2.4.	Desclassificação	621
2.4.1.	Desclassificação para homicídio culposo como tese principal (art. 121, § 3º, do CP).....	621
2.4.2.	Desclassificação para homicídio culposo como tese subsidiária (art. 121, § 3º, do CP).....	622
2.4.3.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor como tese principal (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro).....	623
2.4.4.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor como tese subsidiária (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro)	624
2.4.5.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte como tese principal (art. 129, § 3º, do CP).....	625
2.4.6.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte como tese subsidiária (art. 129, § 3º, do CP)	626
2.5.	Excesso culposo nas excludentes	627
3.	TESES DEFENSIVAS NÃO ABARCADAS NO QUESITO ABSOLUTÓRIO GENÉRICO.....	628
3.1.	Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, do CP)	628
3.2.	Tese de exclusão de imputação	629
3.2.1.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para crime não doloso contra a vida	629
3.2.2.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para tentativa de homicídio	630
3.3.	Participação	632
3.3.1.	Homicídio consumado – Acusação de ser partícipe	632
3.3.2.	Participação de menor importância (art. 29, § 1º, do CP)	632
3.4.	Cooperação	633
3.4.1.	Cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP)	633
3.4.2.	Cooperação dolosamente distinta e/ou participação de menor importância – Sustentação de ambas as teses pela defesa	634
3.5.	Embriaguez como causa de diminuição de pena	635
3.6.	Inimputabilidade como tese sustentada pela defesa (art. 26 do CP).....	636
3.7.	Semi-imputabilidade (parágrafo único do art. 26 do CP)	637
3.8.	Erro de proibição indireto evitável – Erro de permissão (art. 21 do CP).....	638
3.9.	Colaboração premiada (ou delação premiada)	639

4. OUTROS CRIMES DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	640
4.1. Induzimento, instigação e auxílio ao suicídio	640
4.1.1. Induzimento ao suicídio – Consumado (art. 122 do CP).....	640
4.1.2. Instigação ao suicídio – Consumado (art. 122 do CP).....	641
4.1.3. Auxílio ao suicídio – Consumado (art. 122 do CP).....	641
4.1.4. Induzimento ao suicídio – Resultando lesão corporal grave ou gravíssima (art. 122, § 1º, do CP).....	642
4.1.5. Instigação ao suicídio – Resultando lesão corporal grave ou gravíssima (art. 122, § 1º, do CP)	643
4.1.6. Auxílio ao suicídio – Resultando lesão corporal grave ou gravíssima (art. 122, § 1º, do CP).....	643
4.1.7. Causa de aumento – Motivo egoístico – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	644
4.1.8. Causa de aumento – Motivo torpe – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	645
4.1.9. Causa de aumento – Motivo fútil – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	646
4.1.10. Causa de aumento – Vítima menor de 18 anos (mas maior de 14) – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	646
4.1.11. Causa de aumento – Vítima com diminuída capacidade de resistência – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	647
4.1.12. Causa de aumento – Crime realizado por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 4º, do CP)	648
4.1.13. Causa de aumento – Autor é líder, coordenador ou administrador de grupo, de comunidade ou de rede virtual, ou por estes é responsável (art. 122, § 5º, do CP).....	649
4.2. Infanticídio.....	649
4.2.1. Infanticídio (art. 123 do CP) – Como crime admitido na pronúncia	649
4.2.2. Infanticídio (art. 123 do CP) – Como tese defensiva – Acusada pronunciada por homicídio.....	650
4.3. Aborto provocado	651
4.3.1. Aborto provocado pela gestante (1ª parte do art. 124 do CP)	651
4.3.2. Aborto provocado com o consentimento da gestante (2ª parte do art. 124 do CP)	652
4.3.3. Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	652
4.3.4. Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP) – Decisão de admissibilidade reconhece o consentimento da gestante	653

4.3.5.	Aborto provocado por terceiro com consentimento inválido por parte da gestante (art. 126, parágrafo único, do CP).....	654
4.3.6.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	655
4.3.7.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	656
4.3.8.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	657
4.3.9.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP)	658
5.	CRIMES CONEXOS	659
5.1.	Lesão corporal.....	659
5.1.1.	Lesão corporal (art. 129, <i>caput</i> , do CP).....	659
5.1.2.	Lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP).....	659
5.1.3.	Lesão corporal “gravíssima” (art. 129, § 2º, do CP)	660
5.1.4.	Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP)	661
5.2.	Rixa	662
5.2.1.	Rixa (art. 137 do CP).....	662
5.2.2.	Rixa qualificada (art. 137, parágrafo único, do CP)	663
5.3.	Furto (art. 155 do CP).....	663
5.4.	Roubo (art. 157 do CP)	664
5.5.	Extorsão (art. 158 do CP)	665
5.6.	Extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP).....	665
5.7.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211 do CP)	666
5.8.	Vilipêndio a cadáver (art. 212 do CP)	666
5.9.	Estupro.....	667
5.9.1.	Estupro (art. 213 do CP)	667
5.9.2.	Estupro de vulnerável – Contra menor de 14 anos (art. 217-A do CP)	667
5.9.3.	Estupro de vulnerável – Contra pessoa com deficiência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	668
5.9.4.	Estupro de vulnerável – Contra pessoa que não podia oferecer resistência (art. 217-A, § 1º, do CP)	669
5.10.	Associação criminosa (art. 288 do CP).....	669
5.11.	Constituição de milícia privada (art. 288-A do CP).....	670
5.12.	Porte ilegal de arma de fogo	671
5.12.1.	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/2003).....	671

5.12.2.	Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/2003).....	671
5.12.3.	Porte ilegal de arma de fogo de uso proibido (art. 16, § 2º, da Lei 10.826/2003).....	672
5.12.4.	Disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003)	673
5.13.	Fraude processual (art. 347 do CP).....	673
5.14.	Falso testemunho	674
5.14.1.	Falso testemunho ocorrido durante o plenário (art. 342 do CP)	674
5.14.2.	Falso testemunho ocorrido antes do julgamento em plenário (art. 342 do CP).....	674
5.15.	Corrupção de menores (art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990).....	675
12.	FASE FINAL – SENTENÇA, ATA E ATRIBUIÇÕES DO JUIZ PRESIDENTE	677
12.1.	Sentença	677
12.1.1.	Sentença condenatória	678
12.1.2.	Execução imediata da pena.....	680
12.1.3.	Fixação da reparação mínima do dano	681
12.1.4.	Efeitos civis da sentença no Tribunal do Júri.....	682
12.1.5.	Sentença absolutória	682
12.1.6.	Desclassificação	682
12.2.	Ata da sessão de julgamento	683
12.3.	Atribuições do juiz presidente.....	685
12.3.1.	Regular a polícia das sessões, prender os desobedientes e requisitar o auxílio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade.....	685
12.3.2.	Dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes	687
12.3.3.	Mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença	688
12.3.4.	Realização de diligências e gestão do tempo.....	689
12.3.5.	Refeição, repouso e transporte dos jurados	690
12.3.6.	Interromper a sessão por tempo razoável.....	691
12.3.7.	Regulamentar a intervenção das partes e os apartes.....	691
12.3.8.	Nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso, podendo, neste caso, dissolver o Conselho e designar novo dia para o julgamento, com a nomeação ou a constituição de novo defensor.....	691
13.	RECURSOS.....	695
13.1.	Considerações iniciais	695
13.2.	Conceito de recurso	695
13.3.	O duplo grau de jurisdição e a presunção de inocência.....	695

13.4.	Recurso em sentido estrito	696
13.4.1.	A decisão que rejeita a denúncia ou a queixa (CPP, art. 581, I)	697
13.4.2.	Decisão que concluir pela incompetência (CPP, art. 581, II)	698
13.4.3.	Decisão que pronunciar o acusado (CPP, art. 581, IV)	699
13.4.4.	Incluir ou excluir jurado na lista geral (CPP, art. 581, XIV)	700
13.5.	Apelação	700
13.5.1.	Ocorrência de nulidade posterior à pronúncia	703
13.5.2.	Sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados	703
13.5.3.	Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança	703
13.5.4.	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos	704
13.5.4.1.	Impossibilidade de utilização de apelação contra absolvição fundada no quesito genérico	709
14.	QUADRO COMPARATIVO ENTRE CPP ATUAL, PLS 156/2009 E PL 8045/2010	711
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	749
	ÍNDICE REMISSIVO	765